

A Casa do Terreiro

História da Família Ataíde em Leiria
Das Origens ao Século XVII

Francisco Queiroz



José Francisco Ferreira Queiroz

A Casa do Terreiro

História da Família Ataíde em Leiria
Das Origens ao Século XVII



FUNDAÇÃO
Caixa Agrícola de Leiria

A Casa do Terreiro

História da Família Ataíde em Leiria

Vol. I
Das Origens ao Século XVII

Vol. II
Séculos XVII-XVIII

Vol. III
Do Século XIX à Actualidade



Sumário do Volume 1

Apresentação.....	9	3.	Jorge da Costa de Mesquita e sua mulher, Maria Veloso	91
Introdução	11	3.1	Gaspar Veloso, cunhado de Jorge da Costa de Mesquita.....	91
1.	As origens dos Ataídes	3.1.1	Joana Pacheco, mulher de Gaspar Veloso	92
1.1	A origem do apelido Ataíde	3.1.2	Outros Velosos residentes em Leiria	92
1.2	Os primeiros Ataídes em Leiria.....	3.2	António Veloso, cunhado de Jorge da Costa de Mesquita	95
1.2.1	O problema da origem do apelido Ataíde na família da Casa do Terreiro de Leiria	3.2.1	Maria Pacheco e Pedro de Sequeira, herdeiros de António Veloso	98
2.	As origens da família que mandou construir a Casa do Terreiro de Leiria	3.2.1.1	A quinta de Pedro de Sequeira em Alenquer	99
2.1	A ascendência de Jorge da Costa de Mesquita	3.3	O problema da ascendência de Gonçalo Rodrigues Veloso . .	102
2.1.1	D. Vicente Anes da Costa, Prior das Colmeias.....	3.4	Esboço biográfico de Jorge da Costa de Mesquita	107
2.1.1.1	O Priorado das Colmeias e a quinta dos crúzios, junto à Igreja de S. Miguel.....	3.4.1	Jorge da Costa de Mesquita, Guarda-mor dos Pinhais de Leiria	110
2.1.1.2	A sesmaria do Casal do Monte.....	3.4.2	As aquisições de Jorge da Costa de Mesquita na Ribeira de Porto de Mós	114
2.1.2	Os ascendentes de D. Vicente Anes da Costa.....	3.4.3	Outras compras de propriedades por parte de Jorge da Costa de Mesquita	119
2.1.3	Catarina da Costa, filha de D. Vicente Anes da Costa	3.4.4	O testamento de Jorge da Costa de Mesquita	119
2.1.3.1	Os filhos de Catarina da Costa e de João Vaz	3.5	Os testamentos de Maria Veloso	126
2.1.3.2	As fortes ligações familiares às Colmeias	3.5.1	O testamento de Maria Veloso de 1551	126
2.1.3.2.1	A Quinta das Colmeias ou Quinta da Igreja Velha	3.5.2	A morte de Jorge da Costa de Mesquita (1555) e o segundo testamento de Maria Veloso (1561).....	129
2.1.4	A origem do apelido Mesquita, em Jorge da Costa de Mesquita.	3.5.3	O terceiro testamento de Maria Veloso (1566) e o codicilo de 1571	132
2.2	A ascendência de Maria Veloso.	4.	Os filhos de Jorge da Costa de Mesquita e de Maria Veloso	135
2.2.1	Gonçalo Rodrigues Veloso, Guarda-mor dos Pinhais de Leiria .	4.1	João Vaz da Costa	135
2.2.1.1	A consorte de Gonçalo Rodrigues Veloso	4.1.1	O testamento de João Vaz da Costa, de 1563.	136
2.2.1.2	Os sogros de Gonçalo Rodrigues Veloso	4.1.2	O cumprimento do testamento de João Vaz da Costa	147
2.2.1.3	A oficina de caldeireiro de João Anes.....	4.2	Maria da Conceição	148
2.2.2	Ana Esteves, cunhada de Gonçalo Rodrigues Veloso, e o seu primeiro marido João de Travassos	4.3	Isabel da Costa	148
2.2.2.1	Francisco de Araújo, o segundo marido de Ana Esteves.....	4.4	Helena de Sequeira (Helena da Costa)	151
2.2.2.2	Álvaro de Araújo e os Araújo da região de Leiria no século XVI	4.4.1	João Rodrigues Barba Alardo e o seu testamento, de 1575 . .	154
2.2.3	A família de Catarina Gonçalves.....	4.4.2	Os testamentos de Helena da Costa.....	162
2.2.4	O prestígio social do ofício de Guarda-mor dos Pinhais de Leiria	4.4.2.1	A desistência de Helena da Costa dos seus direitos no Morgado de Sirol	166
2.2.5	As partilhas por morte de Ana Esteves	4.4.2.2	O testamento de Helena da Costa, de 1592	168
2.2.6	Catarina Veloso e Jorge Ribeiro, cunhados de Jorge da Costa de Mesquita.....	4.4.2.3	O codicilo de Helena da Costa, de 1593	174
		4.5	Gregória Veloso, ou Gregória de Ataíde, mulher do Dr. Pedro da Silva do Canto	174
		4.5.1	O testamento do Dr. Pedro da Silva do Canto.....	177
		4.5.2	A viuvez de Gregória Veloso e a mudança de nome para Gregória de Ataíde	181

4.5.3	O testamento de Gregória de Ataíde, feito em 1576 na Quinta da Ribeira de Porto de Mós	185	5.	Os vínculos que andaram associados à Casa do Terreiro de Leiria nos séculos XVI e XVII	303
4.5.4	O alvará régio para doação da terça a Jorge da Silva da Costa de Ataíde.	191	5.1	A natureza dos morgadios	303
4.5.5	A instituição do vínculo de Gregória de Ataíde, em 1578	192	5.2	Os vínculos registados no Livro da Fazenda de 1665	304
4.5.5.1	Os Botelhos da Silveira, de Leiria	192	5.2.1	O vínculo de D. Vicente Anes da Costa	304
4.5.5.2	As cláusulas de sucessão do vínculo de Gregória de Ataíde e os Costas escrivães da fazenda.	207	5.2.2	O vínculo de Maria Veloso.	306
4.5.6	O testamento de Gregória de Ataíde, de 1589.	212	5.2.3	O vínculo do Dr. Pedro da Silva do Canto	306
4.5.6.1	O apelido Costa nos Galvões de Leiria.	217	5.2.4	O primeiro vínculo de Gregória de Ataíde	309
4.6	A contestação ao codicilo de Isabel da Costa, em 1567	221	5.2.5	O segundo vínculo de Gregória de Ataíde	310
4.7	O inventário por morte de Maria Veloso, de 1573.	225	5.2.6	A capela instituída por Helena da Costa em S. Francisco de Leiria.	313
4.7.1	Os bens móveis.	226	5.3	Outras capelas instituídas em S. Francisco de Leiria.	320
4.7.2	As casas que deram origem à Casa do Terreiro.	226	5.3.1	A capela dos Ceias.	323
4.7.3	Outros bens imóveis em Leiria	229	5.3.1.1	A Quinta da Ribeira da Azóia	323
4.7.4	Propriedades em redor de Leiria	230	5.3.1.2	A família Quental de Vasconcelos	330
4.7.5	Outras propriedades nos termos de Leiria, Batalha e Porto de Mós	232	5.3.2	A capela dos Trigueiros	334
4.7.6	Dúvidas levantadas aquando do inventário por morte de Maria Veloso	236	5.3.2.1	A origem dos Ceias de Leiria	335
			5.3.2.2	A origem dos Franças de Leiria e a sua ligação aos Ceias.	340
			5.3.2.3	A sucessão na capela dos Trigueiros	344
			5.3.3.	Outras famílias com capela em S. Francisco de Leiria	347
4.8	A ascendência de João Rodrigues Barba Alardo	240	6.	A família da Casa do Terreiro de Leiria na primeira metade do século XVII e suas alianças	349
4.8.1	Fernão Rodrigues Alardo e a alcaidaria de Leiria	243	6.1	Esboço biográfico de Jorge da Silva da Costa de Ataíde	349
4.8.2	Os filhos de Fernão Rodrigues Alardo e o Morgado da Romeira.	246	6.2	A ascendência de Catarina Pimentel de Vera	357
4.8.3	Rui Barba Correia e seus filhos	248	6.3	A ascendência de Brites de Sousa	358
4.8.4	Pedro Barba Correia Alardo e seus filhos	250	6.3.1	A ascendência de Brites de Sousa na família Castelo-Branco	358
4.8.4.1	Rui Barba Correia	251	6.3.2	A ascendência de Brites de Sousa na família Sousa Currutelo, Senhores do Guardão	362
4.8.4.2	Jorge Correia Alardo	252	6.3.3	Os irmãos de Antónia de Sousa.	365
4.8.4.3	Fernão Rodrigues Barba Alardo, sogro de Helena da Costa.	254	6.4	O Senhorio do Guardão na descendência de Jorge da Silva da Costa de Ataíde	368
4.8.4.4	Gonçalo Correia Barba	260	6.5	O vínculo de Francisca da Silva	376
4.8.4.4.1	Os filhos de Gonçalo Correia Barba e de sua mulher Inês de Vera de Mesquita	263	6.6	Biografia de Luís da Silva da Costa e Ataíde	379
4.8.4.5	Isabel de Vera Mexia	275	6.6.1	As querelas com a madrastra, Brites de Sousa Currutelo	380
4.8.4.6	Maria de Mesquita	275	6.6.2	Intervenções de Luís da Silva da Costa e Ataíde na vida da cidade de Leiria	382
4.8.4.7	Brites de Mesquita	276	6.6.3	O casamento de Luís da Silva da Costa e Ataíde com Maria de Mesquita.	385
4.8.4.8	Ana Correia	276	6.6.4	O caderno de lembranças de Luís da Silva da Costa e Ataíde	387
4.8.5	O ramo Correia de Mesquita Barba da Vila da Cela.	276	6.6.5	O testamento de Luís da Silva da Costa e Ataíde	390
4.9	A ascendência do Dr. Pedro da Silva do Canto	281	6.6.6	O cumprimento do testamento de Luís da Silva da Costa e Ataíde	396
4.9.1	A ascendência de Lopo Dias de Azevedo e de Joana Gomes da Silva	283	6.6.7	O testamento de Maria de Mesquita, de 1648	401
4.9.2	O problema da filiação de Joana Gomes da Silva	285	6.7	A ascendência de Maria de Mesquita	404
4.9.3	A ascendência nos Silvas de Aires Gomes da Silva, o Moço	289	6.8	João Monteiro Arnaut e o Morgado do Moinho Novo	415
4.9.4	As filhas de Álvaro Rebelo de Macedo e de Branca de Azevedo	290			
4.9.5	Os Cantos	292			

7.	A família da Casa do Terreiro de Leiria na segunda metade do século XVII e suas alianças	423
7.1	Biografia de Luís da Silva de Ataíde e Costa	423
7.1.1	O testamento de Luís da Silva de Ataíde e Costa	424
7.2	O casamento de Luís da Silva de Ataíde e Costa com Joana Paula de Melo	428
7.3	A ascendência de Joana Paula de Melo	429
7.4	Esboço biográfico de Rui Barba Correia Alardo, irmão de Joana Paula de Melo	430
7.5	Luísa Maria da Silva Arnaut e os seus dois consortes	438
7.5.1	Heitor Vaz de Castelo-Branco (3.º Senhor de Lagar de El-Rei) e seus descendentes	438
7.5.1.1	As propriedades da família Sousa Castelo-Branco em Leiria	439
7.5.1.2	Manuel Esteves Serrão e seus filhos	442
7.5.1.3	Vínculos associados à descendência de Manuel Esteves Serrão	445
7.5.1.4	Os primeiros sogros de Luísa Maria da Silva Arnaut	449
7.5.2	O Bispo de Leiria D. Pedro Vieira da Silva e sua irmã Maria Rebelo da Silva	453
7.5.3	O primeiro casamento de Luísa Maria da Silva Arnaut e sua descendência	460
7.5.4	O Dr. António da Cunha Pinheiro e sua descendência	469
7.6	O testamento de Diogo Lopes de Almeida, de 1669	472
7.7	O processo judicial interposto pelo Dr. António da Cunha Pinheiro	478
7.8	O Dr. António Vaz de Castelo-Branco e a sua descendência	482
7.8.1	Os bens herdados pelo Dr. António Vaz de Castelo-Branco	485
7.8.2	Os casamentos do Dr. António Vaz de Castelo-Branco	486
7.8.2.1	O casamento com Mariana de Sousa Castelo-Branco, viúva de João de Barros de Almeida	487
7.8.2.2	O casamento com Maria Clara Antónia Pereira de Vasconcelos	490
7.8.3	A descendência legítima do Dr. António Vaz de Castelo-Branco	490
7.8.4	Helena Mafalda Vicência de Castelo-Branco e seu marido Pedro de Sousa Castelo-Branco	491
7.8.4.1	Esboço biográfico de Pedro de Sousa Castelo-Branco	492
7.8.5	A questão do padroado da Capela de S. Bento na Sé de Leiria	496
7.8.6	Os filhos de Pedro de Sousa Castelo-Branco	503
7.9	O inventário por morte de Luís da Silva Ataíde e Costa, de 1682	506

Introdução

Assim que tivemos conhecimento da abertura do concurso para a elaboração de um estudo de investigação sobre a Casa do Terreiro e a história da família Ataíde na região de Leiria, julgámos oportuno apresentar uma candidatura. Não só o estudo pretendido pela Fundação Caixa Agrícola de Leiria enquadrava-se dentro dos nossos interesses de investigação, como já no passado havíamos estudado um pouco da Casa do Terreiro e da família Ataíde de Leiria.

Efectivamente, tomámos conhecimento sobre o percurso histórico da família Ataíde de Leiria quando elaborámos um exaustivo estudo histórico sobre o Cemitério de Santo António do Carrascal e a sociedade leiriense no século XIX, em conjunto com Ana Margarida Portela – inseparável companheira de pesquisas e, posteriormente, também a nossa consorte. A pesquisa para esse estudo sobre o cemitério leiriense decorreu entre 1998 e 2000 e, já nessa altura, foi preciosa a ajuda prestada pelo Coronel Fernando Atayde.

Mais tarde, entre 2002 e 2005, elaborámos um trabalho igualmente exaustivo intitulado *"Leiria romântica – uma leitura histórica da arquitectura e do espaço urbano"*, no âmbito de uma bolsa de investigação atribuída pela Câmara Municipal de Leiria. Nesse trabalho, foram feitas diversas referências inéditas à Casa do Terreiro, nomeadamente à questão das ruas que atravessavam o actual quarteirão da casa, tudo com base em deduções de cadastro e de lógica urbanística, pois não tinha havido ainda escavações arqueológicas no local e os documentos sobre a questão encontravam-se por analisar.

Entretanto, continuámos a fazer investigação sobre Leiria e concluímos em 2007 o livro *"Villa Portela: Os Charters d'Azevedo em Leiria e as suas ligações familiares (século XIX)"*, em co-autoria com a referida Ana Margarida Portela e também com Ricardo Charters d'Azevedo, que nos solicitou a colaboração nesse estudo.

Por tudo isto, o concurso aberto pela Fundação Caixa Agrícola de Leiria era a oportunidade ideal para complementar o que já tínhamos pesquisado sobre a Casa do Terreiro e a família a ela associada, ao mesmo tempo colmatando uma lacuna importante em termos de conhecimento histórico, pois não existia ainda qualquer estudo consistente sobre a referida casa.

Metodologia de investigação

Embora se possa deduzir que dificilmente haveria alguém mais habilitado para empreender o estudo de investigação que a Fundação Caixa Agrícola de Leiria entendeu por bem apoiar, tal não significa que a pesquisa tenha evoluído com facilidade. De facto, a Fundação Caixa Agrícola de Leiria propôs-nos a realização de um *"trabalho específico sobre a relação do Solar Ataíde (Terreiro) com a cidade e a Região, passando pela historiografia da própria família"*. Em função deste pressuposto, elaborámos um esquema de capítulos. Porém, este esquema cedo teve de ser alterado. Ainda não estavam totalmente decorridos os três primeiros meses de trabalho e já era para nós claro que existia muito mais matéria documental do que o previsto. Foi, pois, necessário reformular o projecto inicial e mais do que duplicar o tempo de duração da pesquisa. O resultado foi um estudo bastante mais completo e, como é óbvio, de muito maior importância histórica, não só regional como até nacional, dadas as ligações da família Ataíde de Leiria às regiões de Lisboa, Santarém, Porto e Açores, assim como ligações secundárias a outras regiões do país e até a Espanha.

O principal factor que veio alterar o modo como havíamos planeado a pesquisa foi a existência do Arquivo da Casa do Terreiro. Por invulgar sorte, atendendo à destruição generalizada ocorrida em Leiria aquando das Invasões Francesas, este arquivo familiar encontra-se bastante completo e remonta aos finais do século XIV. Alguns documentos do arquivo já não eram abertos há mais de 150 anos, constituindo um incontornável e inédito manancial de informação sobre a História de Leiria, manancial esse que só em parte transparece neste estudo.

Como é óbvio, perante a existência de tal documentação, a pesquisa em outros arquivos que não o da família acabou por revestir-se de um interesse secundário. O volume de dados existente no arquivo da família Ataíde de Leiria é de tal ordem que nem sequer foi possível analisá-los a todos com detalhe, no âmbito da contratualização feita com a Fundação Caixa Agrícola de Leiria.

Mesmo assim, estimamos ter fotografado cerca de 80% do arquivo familiar. Ficaram de fora desse registo fotográfico siste-

mático somente alguns documentos do século XX (aqueles pouco relevantes, demasiado avulsos ou cuja informação ainda possa ser considerada sensível, por dizer respeito a pessoas que faleceram não há muito tempo) e também o miolo de várias escrituras respeitantes a propriedades de relativa pouca importância, quando sobre estas já sabíamos como tinham chegado à posse da família. Ainda assim, no que diz respeito a propriedades da família Ataíde de Leiria, ficaram por referir neste estudo muitos dados sobre emprazamentos, arrendamentos e outros contratos, que foram fotografados. Só se incluiu aquilo que considerámos mais relevante sobre os bens da família: onde se situavam, como foram adquiridos, o que continham, qual era o seu valor relativo e, em alguns casos, quando foram alienados. Ao invés, no que diz respeito aos terrenos e casas no sítio do Terreiro, procurámos ser exaustivos na análise documental.

Dada a dimensão deste estudo, optámos por não acrescentar um apêndice documental. Pelo mesmo motivo, as transcrições de documentos foram integradas no texto e limitam-se aos excertos mais relevantes, até porque vários documentos são de muito difícil leitura. Despendemos sobretudo muito tempo para decifrar várias escrituras do século XVI, atendendo à sua caligrafia e ao mau estado de conservação de algumas delas. Outra das razões que nos levou a não fazer transcrições completas de documentos do Arquivo da Casa do Terreiro, mesmo dos documentos mais importantes, prende-se com a expectativa de que o mesmo venha a ser brevemente disponibilizado à comunidade científica em geral, de acordo com a sugestão que fizemos ao Coronel Fernando Atayde, aquando do trabalho do seu registo fotográfico.

Em suma, a pesquisa documental foi empreendida sobretudo no arquivo da família, mas também noutros arquivos, mencionados em nota e ainda num elenco final de fontes utilizadas, a publicar no último volume desta obra. Para além das fontes primárias, há que referir a bibliografia consultada, especialmente em Leiria (obras de fundo local), assim como as preciosas achegas de particulares, quer de descendentes da família Ataíde de Leiria e seus ramos colaterais, quer de outros genealogistas, cujos nomes serão registados em seguida e, em alguns casos, também em notas.

Quanto ao trabalho de campo, este foi especialmente centrado em Leiria e na Casa do Terreiro propriamente dita, cujas obras de recuperação e adaptação a sede da Fundação Caixa Agrícola de Leiria fomos acompanhando com visitas esporádicas. Porém, de modo a obtermos fotografias que ilustrassem este estudo, tivemos de nos deslocar a várias partes do país.

Metodologia de apresentação

Tratando-se de um estudo de grande dimensão – dividido em três volumes, de acordo com um critério cronológico – julgamos pertinente explicar como arrumámos os diversos capítulos deste primeiro volume e por que razão tomámos certas opções de apresentação.

Assim, em primeiro lugar, fizemos uma análise à história do apelido Ataíde, procurando perceber como surgiu em Leiria na Idade Média. Neste primeiro capítulo, demonstrámos como o surgimento desse apelido em Leiria não pode ainda ser ligado aos Ataídes da Casa do Terreiro, atendendo ao presente estado da investigação. Pela mesma razão, este capítulo é incipiente e excessivamente especulativo. Contudo, no âmbito dos termos da contratualização com a Fundação Caixa Agrícola de Leiria, seria talvez difícil fazer melhor. É muito pouco e vago o que existe publicado sobre os Ataídes medievais e sobre as famílias dessa época em Leiria. Seria necessário confrontar, de forma sistemática, os documentos mais antigos do Arquivo da Casa do Terreiro com outros documentos originais, tarefa que não podia ser integrada dentro do estreito balizamento temporal estabelecido. Aliás, tal tarefa nem sequer se antevê que venha a dar resultados garantidos, no âmbito de um ulterior aprofundamento, tendo em conta a inexistência de documentação paroquial medieval e a pouca fiabilidade dos nobiliários dessa época.

Em segundo lugar, o mesmo tipo de análise à origem do apelido Ataíde em Leiria, fizemo-la relativamente aos apelidos Costa e Veloso, em dois sub-capítulos separados. No primeiro sub-capítulo, focámos o problema da ascendência de D. Vicente Anes da Costa. Apresentámos também o que pudemos apurar relativamente à descendência deste Prior das Colmeias, o qual terá dado origem a dois grandes ramos de Costas: o de Leiria (da posterior Casa do Terreiro) e o de Coimbra, com ligações a Lisboa e a Alenquer. Relativamente ao ramo de Coimbra, é possível aprofundar mais a questão através de registos paroquiais quinhentistas, documentação municipal e monástica, assim como documentos de produção central, dado que vários membros da família terão servido ofícios régios. Não fizemos esse aprofundamento, por se tratar de um tema lateral e de pesquisa demorada. De qualquer modo, é possível que um estudo mais apurado sobre tal tema permita esclarecer muitas das dúvidas que deixámos em aberto no segundo capítulo deste volume. Sendo encontradas as escrituras e as memórias de D. Vicente Anes da Costa que terão sido consultadas para a feitura da Genealogia dos Costas, geralmente atribuída a Mendonça Arrais, também poderão vir a ser dissipadas as principais dúvidas que ficaram sobre a sua biografia e imediata descendência. Quanto ao segundo subcapítulo, sobre a ascendência de Maria Veloso em Leiria, focámos a ligação desta família, quer

à gestão dos Pinhais de Leiria, quer ao sítio das Caldeirarias, onde viria a ser construída a Casa do Terreiro. Contudo, ficaram no ar inúmeras interrogações, as quais poderão vir a ser esclarecidas no futuro, sobretudo através do confronto com outro tipo de fontes primárias.

Em terceiro lugar, num capítulo próprio, é abordada a figura de Jorge da Costa de Mesquita, bisneto de D. Vicente Anes da Costa e marido de Maria Veloso. Este capítulo procura fazer sobretudo uma biografia, extensível a questões de parentesco e de carácter económico. De facto, são também mencionados os irmãos e sobrinhos de Maria Veloso, assim como uma tia, Ana Esteves, de quem Maria Veloso herdou vários bens em Leiria. A acção de Jorge da Costa de Mesquita, em termos de aquisição de fazenda em Leiria e arredores, é também enfatizada. Trata-se de um capítulo quase exclusivamente baseado na documentação familiar, no qual são poucas as interrogações que não pudemos resolver. Estas resumem-se quase sempre a aspectos de parentesco relativos aos ramos colaterais, em especial o de Alenquer. Julgamos que, no futuro, poderão vir a ser esclarecidas estas dúvidas.

Em quarto lugar, naquele que se assume como o principal capítulo deste volume, são abordados os vários filhos de Jorge da Costa de Mesquita e de sua mulher Maria Veloso. Este quarto capítulo desdobra-se em três grandes partes. Na primeira parte, é usada a mesma abordagem do capítulo anterior, maioritariamente biográfica, mas alargada a questões de parentesco, relações sociais e gestão / aquisição de património imóvel. Os dados incluídos baseiam-se quase sempre no arquivo familiar e são relativamente sólidos, sem grandes lacunas de conhecimento, excepto no que diz respeito aos primos Costas residentes em Lisboa (sobre os quais sabe-se ainda muito pouco) e também à família de Antónia da Silveira (ou Antónia de Magalhães), mulher de João Vaz da Costa (único filho varão de Jorge da Costa de Mesquita), a qual pertencia aos Botelhos da Silveira. Esta família de Leiria necessita de maior estudo, o qual não pudemos fazer no âmbito deste volume. Quanto à segunda e à terceira parte deste quarto capítulo, estas possuem um carácter mais vincadamente genealógico, sendo abordados os ascendentes de João Rodrigues Barba Alardo (marido de Helena da Costa) e do Dr. Pedro da Silva do Canto (marido de Gregória de Ataíde), genros de Jorge da Costa de Mesquita. No caso da ascendência de João Rodrigues Barba Alardo, fizemos quase a história da família Barba Alardo de Leiria / Santarém, até ao fim do século XVI, família essa que acaba por ser amplamente abordada neste volume, pois é referida em capítulos posteriores com o mesmo grau de detalhe. No caso da ascendência do Dr. Pedro da Silva do Canto, ainda que esta não esteja ligada a Leiria, torna-se relevante desfiá-la, pelo facto da família da Casa do Terreiro ter radicado nos Silvas muitas das suas pretensões de nobreza. Ainda assim, subsistem al-

gumas dúvidas sobre a ascendência do Dr. Pedro da Silva do Canto, pelo lado dos Silvas e dos Azevedos, dado que nos baseámos quase exclusivamente em nobiliários. Quanto à ascendência do Dr. Pedro da Silva do Canto pelo lado dos Cantos, as fontes utilizadas foram mais diversificadas e incluímos mesmo neste estudo alguns dados inéditos, os quais não impediram a emergência de certos pontos ainda menos claros desta ascendência.

No quinto capítulo deste volume, procurámos explicar de que modo se constituíram os vínculos que andaram associados à Casa do Terreiro de Leiria, enquadrando-os num contexto mais vasto, que é o do recurso à vinculação de bens por parte das principais famílias de Leiria, no século XVI e inícios do século seguinte, algumas das quais com relações de vizinhança, amizade ou parentesco com os Silvas Ataídes da Costa daquela que viria a ser a Casa do Terreiro de Leiria. É especialmente focada a Igreja de S. Francisco de Leiria, o principal panteão da cidade na época. Neste capítulo, as partes referentes a outras famílias de Leiria encerram várias dúvidas que não pudemos ainda resolver, nomeadamente no caso dos Ceias / Trigueiros. De qualquer modo, deixamos aqui vários dados inéditos, que poderão ser úteis para quando se fizer a história de outras famílias de Leiria dos séculos XVI e XVII.

O sexto capítulo é sobre a família Silva Ataíde da Costa na primeira metade do século XVII e suas alianças. Em concreto, é biografado Jorge da Silva da Costa de Ataíde (filho do Dr. Pedro da Silva do Canto e de Gregória de Ataíde) e os seus dois casamentos: com Catarina Pimentel de Vera (da família Barba Alardo) e com Brites de Sousa Currutelo. Tendo em conta que este segundo consórcio configurou uma aproximação à família Sousa Castelo-Branco de Leiria, é feita uma análise genealógica à mesma, com vários dados inéditos. Neste sexto capítulo, são analisadas as relações entre os meios-irmãos dos dois casamentos de Jorge da Silva da Costa de Ataíde e os problemas que Luís da Silva da Costa e Ataíde teve com a sua madrasta Brites de Sousa Currutelo. Numa segunda parte deste capítulo, é feita a biografia do próprio Luís da Silva da Costa e Ataíde, baseada na documentação familiar. Por último, abordámos a ascendência da sua consorte, Maria de Mesquita, que pertencia aos Arnauts de Soure, mas era ainda parente de Luís da Silva da Costa e Ataíde. Para traçarmos a sua ascendência, baseámo-nos sobretudo em genealogias, embora as tenhamos complementado e corrigido em muitos aspectos. Neste sexto capítulo, é também abordado o Morgado do Moinho Novo, instituído por João Monteiro Arnaut, assim como o ambiente social de Leiria na primeira metade de Seiscentos, complementando o recente estudo de Selma Pousão-Smith sobre a questão.

O sétimo e último capítulo deste volume diz respeito à biografia de Luís da Silva Ataíde e Costa e sua irmã Luísa Maria da Silva Arnaut (filhos de Luís da Silva da Costa e Ataíde e de Maria

de Mesquita). A abordagem é semelhante à do sexto capítulo, sendo desfiadas as ascendências dos seus consortes, embora com menor recuo temporal, dado que se trata de famílias já abordadas em capítulos anteriores. De facto, Luís da Silva Ataíde e Costa casou com Joana Paula de Melo, da família Barba Alardo, ao passo que Luísa Maria da Silva Arnaut casou com Heitor Vaz de Castelo-Branco, dos Sousa Castelo-Branco de Leiria. Luísa casaria ainda em segundas núpcias com o Dr. António da Cunha Pinheiro, o qual é também biografado, sendo abordadas as querelas judiciais que podem ser entendidas como uma consequência deste segundo casamento com alguém que não era de Leiria.

Estas considerações sobre o modo como foi estruturado o presente volume permitem perceber uma clara ordem cronológica e uma alternância de abordagens. Umas são mais genealógicas e outras mais alargadas à história da família no seu todo, variando, obviamente, o nível de fiabilidade e de novidade dos dados aqui vertidos. Refira-se que o elevado grau de falibilidade e de superficialidade da bibliografia disponível sobre os aspectos genealógicos mais antigos da família da Casa do Terreiro de Leiria não se aplica somente à Idade Média, mas também à Idade Moderna, sobretudo até meados do século XVII. Pudemos constatar que o clássico nobiliário de Felgueiras Gaio possui vários erros, alguns dos quais detectámo-los, mas só em parte pudemos esclarecê-los totalmente. Em alguns outros nobiliários, encontramos pistas adicionais, mas também mais erros. Assim, sugerimos e esperamos que eventuais interessados em tomar este livro como base para outros estudos tenham o cuidado de verificar em nota a proveniência dos dados, classificando de imediato como "dados a verificar" aqueles que sejam provenientes de nobiliários, pois não pudemos documentar tudo o que os autores genealógicos afirmaram, sobretudo no caso de ramos colaterais. Tratando-se também este de um estudo com prazo de conclusão muito apertado – atendendo à sua extensão – é certo que o mesmo conterà várias imprecisões, ao nível de datas e nomes, resultantes da inevitável pressa na leitura e digitação ou no desdobramento incorrecto de abreviaturas (especialmente em documentos anteriores ao século XVII).

A família da Casa do Terreiro é vulgarmente conhecida como Ataíde, embora, na verdade, seja Silva Ataíde ou, para ser mais rigoroso, Silva Ataíde da Costa. Contudo, por uma questão de simplificação, optámos por nos referir quase sempre à família Ataíde de Leiria ou à família Ataíde da Casa do Terreiro, o que automaticamente significa que não se trata dos de apelido Ataíde no seu todo. Aliás, tratar todos os que em Portugal usaram o apelido Ataíde seria um trabalho descomunal e total-

mente fora do âmbito proposto pela Fundação Caixa Agrícola de Leiria. Em 1913, na introdução ao seu capítulo sobre as "*bases genealógicas dos Ataídes*", Afonso de Dornelas refere: "*Seria meu desejo fazer a história completa d'esta família, mas é de tal forma grande, não só pela quantidade de pessoas que a constituem, como principalmente pelos feitos da maioria d'essas pessoas, que seriam necessários volumes para descrever tão grande história e seriam necessárias vidas para escrever esses volumes*"¹.

Por outro lado, sendo vários os ramos colaterais dos Ataídes de Leiria, os mesmos foram aqui abordados, mas de forma bastante menos detalhada face ao ramo principal, seguindo os critérios da proporcionalidade e da exequibilidade. Porém, no caso das famílias Barba Alardo e Sousa Castelo-Branco, abarcámos diversas gerações, dado que se ligam por várias vezes aos Silvas Ataídes da Costa e foram extremamente influentes na História de Leiria. Na prática, e indirectamente, acabámos por fazer também um resumo histórico destas duas famílias em Leiria, estando neste volume os dados referentes aos séculos XVI e XVII.

Em suma, este estudo sobre a Casa do Terreiro de Leiria tem no seu primeiro volume aquele com maior carácter genealógico, embora alargando-se a questões ligadas à gestão de bens imóveis, modos de vida, relações de parentesco e amizade, questões judiciais, biografias e muitos outros aspectos que fazem deste primeiro volume uma quase história da sociedade de Leiria nos séculos XVI e XVII.

Critérios adoptados para a apresentação de nomes

Nos nossos trabalhos – que geralmente não são de genealogia pura, mas sim de história da família, associada a edifícios, casas, obras concretas – temos seguido um critério pragmático para a questão da grafia dos apelidos, que admitimos seja discutível: actualizar sempre para a grafia actual, com base na última versão em que foram grafados os apelidos pelos próprios (isto é, em assinaturas).

No caso do apelido Ataíde, usou-se sobretudo "Ataide" no século XVI, "Atayde" nos séculos XVII e XVIII e "Athaide" no século XIX. A partir desta última versão, actualizando-se a grafia, obtemos a grafia "Ataíde", que é aquela sistematicamente usada neste estudo. Além do mais, mesmo nos séculos XVII, XVIII e XIX, em vários documentos do arquivo familiar usou-se também a grafia "Ataide", pelo que só a podemos considerar como a mais correcta. Admitimos que, em obras estritamente

¹ DORNELLAS, Afonso de - *Historia e Genealogia*. Devemos a referência ao Eng. Ricardo Charters d'Azevedo.

genealógicas, pudessem ser também usadas as versões "Athaide" ou "Atayde". Contudo, tal opção rigorista tem vários inconvenientes. Um deles, cada vez mais pertinente, é a dificuldade de pesquisa no disco rígido do computador ou na Internet: com tantas variantes para o mesmo apelido, acabamos, por vezes, por não encontrar toda a informação que está disponível. Por outro lado, sabendo-se que cada apelido geralmente sofreu ligeiras variações de grafia ao longo dos séculos, conforme a própria evolução ortográfica da língua portuguesa, fixarmo-nos apenas numa determinada grafia que não a actual também é discutível. Se usássemos neste estudo apenas e só a versão "Athaide" para todos os deste apelido, desde a Idade Média até hoje, embora tal uniformização denotasse coerência, dificilmente seria justificável de forma inequívoca: porque não "Atayde" em vez de "Athaide"? Temos de nos lembrar que, na Idade Média, mesmo os membros das mais influentes famílias portuguesas não sabiam geralmente assinar e, das poucas vezes em que surgem escritos os seus apelidos, eram os tabeliães que escolhiam, a partir da sonoridade e de forma mais ou menos livre, a grafia que adoptavam nos documentos. Isto aplicava-se também à toponímia e aos nomes próprios em geral. Daí que fixar a grafia de um apelido numa determinada variante antiga é uma opção, quanto a nós, bastante frágil em termos históricos e susceptível de polémicas estéreis, que desejamos evitar.

Em outros trabalhos da nossa autoria, assim como neste, seguimos ainda um critério específico para o título de Dom e de Dona, este sim mais discutível. De facto, não adicionámos "D." em caso algum, excepto para prelados, monarcas ou príncipes. Caso um fidalgo tenha tido direito a esse tratamento, apesar de não ser um titular, optámos por indicá-lo indirectamente através de transcrições em que tal tratamento surja, o que significa que tal só é indicado no caso de pessoas cujo perfil seja importante para o estudo em causa, não sucedendo o mesmo com personagens de carácter lateral. O mesmo critério usámo-lo para o lado feminino. Assim, por defeito, todas as senhoras do ramo principal e de ramos colaterais da família Ataíde de Leiria são mencionadas neste estudo sem o "D." equivalente ao tratamento de "Dona". Ainda assim, sempre que os documentos originais não apresentam o tratamento de Dona, em épocas em que tal tratamento era já habitual para todas as senhoras de famílias fidalgas, tal facto é por nós devidamente referido, para que se tenha noção do tipo de tratamento dado à época, que diz muito do modo como as pessoas eram vistas em termos sociais. Como já referimos, este critério por nós adoptado pode ser objecto de crítica. Contudo, preferimos que o seja por contenção e não por excesso.

Relativamente aos nomes, julgamos oportuno mencionar ainda que procurámos apresentá-los o mais possível aproximados ao modo como as pessoas assinavam ou eram conhecidas, no

caso de não saberem assinar, excepto no caso de nomes exactamente iguais, em que optámos pelas versões apostas nas principais genealogias, de modo a não gerar confusão num eventual confronto com essas obras. Porém, seguimos o critério de apresentar entre parêntesis aqueles apelidos que, surgindo nas genealogias publicadas, não foram utilizados pelos próprios ou sequer referenciados em documentos coevos. É o caso do apelido Brandão, atribuído a Maria de Mesquita, e do apelido Azevedo atribuído ao Dr. Pedro da Silva do Canto. Do mesmo modo, quando abordámos documentos em concreto, resumindo o seu teor sem o transcrever textualmente, colocámos entre parêntesis aqueles apelidos que não constam do documento original, mas que permitem identificar melhor a pessoa em causa.

Refira-se que está prevista a inclusão, no último volume desta obra, de um índice de nomes e lugares, de modo a que possa ser manejada com maior facilidade. Do mesmo modo, as referências bibliográficas nas notas de rodapé são abreviadas no que diz respeito a subtítulos, editores, locais e anos de edição, podendo ser encontradas as referências completas no elenco de fontes e bibliografia, no final do último volume. Em raros casos, quando se remete para obras que não foram consultadas, por serem apenas úteis para aprofundamento de temas laterais, tais referências bibliográficas não são incluídas no elenco de fontes e bibliografia, surgindo, portanto, completas em nota. O mesmo critério seguimos relativamente a indicações que nos foram transmitidas por outros investigadores, juntamente com a menção da respectiva bibliografia consultada, na primeira nota em que tal bibliografia surge mencionada, sendo abreviada a referência nas restantes. Relativamente às fontes primárias, as referências em nota são sempre completas.

Quanto aos critérios utilizados para a transcrição de documentos, não sendo esta uma obra académica, optámos por flexibilizar a opção de desdobrar, ou não, as abreviaturas, conforme o tipo de documento e o contexto em que o mesmo foi analisado. Na maior parte dos casos, desdobrámos e actualizámos alguns aspectos da grafia que hoje poderiam suscitar dúvidas de interpretação por parte de leigos em paleografia. Porém, em casos raros e confinados a excertos mais importantes, quando o teor exacto do documento se impunha, preferimos manter a grafia tal e qual estava no documento original.

Relativamente a siglas, praticamente não as usámos, excepto as mais habituais para designar arquivos, as quais são também desdobradas no elenco final de fontes e bibliografia. Criámos ainda a sigla A.C.T. para designar Arquivo da Casa do Terreiro, que foi – de longe – a principal fonte para este estudo. Quando compulsámos este arquivo familiar, respeitámos o modo como estava ordenado e adoptámos mesmo algumas designações dos maços que foram criados no século XIX para reunir determinado grupo de documentos. Porém, no caso de outros con-

juntos documentais, fizemos uma diferente atribuição de conteúdo, por julgarmos que isso traria maior clareza. Tal critério foi seguido especialmente em grupos de documentos cujos títulos dos maços não permitiam estabelecer uma ligação óbvia. No caso deste arquivo familiar vir a ser depositado no Arquivo Distrital de Leiria, bom seria que se mantivessem *grosso modo* estas designações, de modo a não prejudicar o confronto dos documentos por parte de quem queira aprofundar questões concretas que emirjam deste estudo sobre Leiria.

Note-se que, antes de lermos os documentos do arquivo familiar, os mesmos foram fotografados. Foi a partir dessas fotografias que procedemos à transcrição, apenas confrontando de novo os documentos originais no caso de haver manifestas dúvidas, por causa da qualidade de algumas fotos cujos documentos tinham pouco contraste. Tal processo pode ter dado origem a mais erros de transcrição do que o habitual em outros nossos trabalhos. Por outro lado, algumas fotografias foram feitas apenas ao rosto dos documentos, quando nos pareceu, à primeira vista, que tinham menor interesse, sobretudo tratando-se de querelas judiciais sobre questões menores ou "assinados" mais tardios de compras de terras sem grande valor relativo. Por conseguinte, apesar do arquivo familiar ter sido todo visto, não foi todo fotografado e alguns documentos não foram sequer abertos, registando-se somente a sua catalogação exterior, índice ou rosto. Admitimos, remotamente, que algumas dúvidas deste estudo pudessem ser resolvidas através do conteúdo dessas escrituras que não abrimos ou que eram muito difíceis de ler através das fotografias que, entretanto, não puderam ser confrontadas com os originais em tempo útil. Porém, com tão pouco tempo para concluir um estudo desta dimensão, e face a um arquivo cuja densidade e conteúdo poderiam ser a base para mais do que uma tese de Doutorado, havia que tomar opções que viabilizassem o cumprimento dos prazos. Desde já nos penitenciamos pelas eventuais falhas decorrentes destes procedimentos menos rigorosos, esperando que o interesse geral do estudo possa sobrepor-se largamente às suas falhas.

Por último, diga-se que todas as fotografias actuais são do autor, salvo se mencionada outra origem.

Agradecimentos

Para que este volume e os volumes seguintes fossem possíveis, recebemos o encorajamento e a colaboração de diversas pessoas, cujos nomes fazemos questão de aqui registar. Como o trabalho dos volumes seguintes ainda não está totalmente concluído, no momento em que escrevemos estas linhas, registaremos nos mesmos os nomes de outras pessoas merecedoras de uma palavra de agradecimento, assim como aqueles

nomes que aqui deviam ter sido mencionados e não o foram, por lapso.

Assim, lembramos a Fundação Caixa Agrícola de Leiria, em especial o seu Presidente, Mário Matias, pela confiança em nós depositada e pela paciência com que encarou os atrasos derivados de diversos percalços na investigação. Também agradecemos à D. Susana Sequeira, que secretariou e tratou dos aspectos burocráticos deste estudo.

Lembramos igualmente a inextinguível disponibilidade da família Ataíde de Leiria, em especial o Coronel Fernando Luís Franco da Silva Atayde e sua esposa Dra. Maria Margarida Guadalupe Paiva Benites Atayde, assim como os Condes da Bahia, D. Maria Adelaide Franco da Silva Athayde e o Escultor D. João Charters de Almeida e Silva que, por diversas vezes, nos franquearam a porta e nos mostraram tudo o que nos pareceu poder ter interesse para a pesquisa. Registemos ainda as dicas de Nuno Ataíde Amaral.

Lembramos outras duas pessoas cuja intervenção neste processo foi mais discreta, mas ainda assim decisiva. Em primeiro lugar, a nossa esposa e colega Ana Margarida Portela, que nos acompanhou e ajudou na pesquisa para este volume, sendo, aliás, co-autora dos volumes seguintes. Em segundo lugar, o Eng. Ricardo Charters d'Azevedo, que nos colocou ao corrente da candidatura à bolsa de investigação e que nos foi remetendo dados interessantes, inúmeras vezes chegando mesmo a pesquisar propositadamente para tentar esclarecer dúvidas relacionadas com este estudo.

Ao nosso particular amigo José de Nápoles, entusiasta da genealogia e proprietário da Quinta de S. Tomé, agradecemos a disponibilidade para esclarecer várias dúvidas que surgiram ao longo da pesquisa, nomeadamente sobre famílias de Soure. Do mesmo modo, agradecemos penhoradamente aos investigadores Dr. Rui Faria e Dr. Luís Miguel de Castro Filipe Osório Mora, por nos terem cedido diversos dados inéditos da sua lavra para complementar este estudo – no primeiro caso, sobre os Cantos de Guimarães e, no segundo, sobre os Botelhos e outras famílias de Leiria, Pombal, Soure e Ourém.

Não podemos esquecer as importantes dicas do Dr. Filipe Pinheiro de Campos, do Dr. Manuel Abranches de Soveral, do Coronel Manuel Martinho da Silva Rolão, do Prof. Doutor Lívio Correia e do Arq. Luís Soveral Varella, assim como de outros eminentes genealogistas, tais como (e perdoar-nos-ão a omissão dos títulos académicos): José Huet de Bacelar, António Sanhudo, Lourenço Correia de Matos, Pedro França, Idalina Nunes, Pedro Pinto, José Caldeira, João Cordovil Cardoso e Fernando Pinto Coelho.

Contámos ainda com a incondicional disponibilidade de várias pessoas que se dedicam à Genealogia com carácter menos profissional, como Bruno Marques, que, mesmo sendo emigrante em França, nos deu uma preciosa ajuda quanto à Casa dos Pi-

sões, em Caxarias. De António P. de Oliveira Francisco recebemos achegas sobre os Farias de Ourém. De Cristina Manso Preto, assim como do Eng. António do Carmo Costa, recebemos dados sobre a Quinta da Gracieira. Da Prof.^a Eugénia César de Sá e do Dr. Raúl César de Sá recebemos também interessantes notas biográficas sobre um dos maiores amigos do Dr. Luís da Silva Ataíde da Costa. Do genealogista espanhol Luís Gutierrez, obtivemos dados importantes sobre as senhoras Gutierrez que casaram com dois fidalgos leirienses, um dos quais da família Ataíde.

Lembramos o Eng. Paulo Brehm e o Dr. Jorge Estrela, pelas fotografias antigas e dados que cederam, assim como o Eng. João Paulo Gaivão Tavares, que nos permitiu o acesso ao precioso manuscrito intitulado "Memórias de Ulrika d'Orey (1855-1932)". Inexcedível foi a disponibilidade demonstrada pela D. Ana Luísa de Azevedo Baeta Neves Gomes da Costa, no que diz respeito à família Leitão de Leiria, sendo também devido um agradecimento ao seu marido, Eng. Luís Filipe Teles Gomes da Costa, assim como à sua irmã D. Ana Rita de Azevedo Baeta Neves. Estamos também gratos a Elísio Alexandre Soares dos Santos e à sua esposa D. Maria Teresa Canas Mendes da Silveira e Castro, por nos terem franqueado as portas da Quinta da Parreira. Ao Dr. Vítor Manuel Pereira Freire e à sua esposa devemos agradecimento semelhante, por nos terem mostrado o interior da sua Quinta da Sorieira, numa altura particularmente difícil em termos pessoais.

Registe-se o empenho da Doutora Maria Cristina Gomes Pimenta em resolver algumas dúvidas que se colocavam quanto à Ordem de Santiago no tempo de D. Jorge. Agradecemos ainda à Dra. Isabel Cristina Fernandes, do Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (Câmara Municipal de Palmela) pela publicação oferecida. Mencionamos também Luís Lobo d'Ávila Lencastre, da Casa de Vila Boa de Quires, pelos esclarecimentos que prestou.

Temos de registar a grande disponibilidade demonstrada pelo Museu Municipal de Vila Franca de Xira, em especial pela Dra. Paula Monteiro e pela Dra. Maria João Martinho, que nos ajudaram relativamente à capela tumular dos Quintelas. Agradecemos ainda ao proprietário do edifício do extinto Convento de Santo António da Castanheira (onde se situa a dita capela tumular), Dr. Mário Lopes da Costa.

Finalmente, deixamos o agradecimento a várias outras pessoas, que de uma forma ou de outra, também colaboraram neste estudo: o Dr. Joel Cleto (arqueólogo da Câmara Municipal de Matosinhos); a Dra. Isabel Soares de Albergaria (da Ilha de S. Miguel); o Eng. Henrique Pereira do Vale; o Prof. Doutor Armando Alberto Martins; a Ordem Terceira de S. Francisco de Leiria (especial a D. Marlene Duarte); a Dra. Clarinda Moreira e o Dr. António de Sousa Júnior (residente em Almeida); o Sr. Marques (residente em Leomil); Manuel Menezes (residente em

Porto de Mós, na Ribeira de Baixo); os caseiros da Quinta da Cajida (Porto de Mós); a Câmara Municipal de Leiria; a Dra. Carmen Gonçalves (Biblioteca Municipal de Ourém) e o Dr. Mário Catarino (Director do Departamento de Educação, Cultura e Acção Social da Câmara Municipal de Ourém); a Irmã Aileen, OP (arquivista do Convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso); o Dr. Luís Esperança Ferreira Lourenço; D. Luíza da Cunha Ferreira; Duarte Maria da Silva Bruschy; José Alfredo de Vasconcelos Soares de Oliveira; Duarte Carmo (Quinta do Bravo, Alenquer); Alberto Santos; Arq. Helena Veludo (responsável pelo projecto de transformação da Casa do Terreiro na sede da Fundação Caixa Agrícola de Leiria); o Dr. Nuno Miguel Silva Campos; a Dra. Ana Maria Leitão Bandeira (Arquivo da Universidade de Coimbra); o Pe. David Simões Rodrigues (autor das monografias de Seiça, Caxarias e Olival); o Dr. José Norton (autor de uma recente biografia romanceada sobre o Conde de Farrobo); a Joana Sousa e a Susana Cruz (ambas nossas antigas alunas na Escola Superior Artística do Porto).

A todos, muito obrigado.

Madalena, Vila Nova de Gaia, Setembro de 2009

Francisco Queiroz



José Francisco Ferreira Queiroz

Nasceu a 29 de Janeiro de 1973, em Vila Nova de Gaia. É Licenciado (FLUP, 1994), Mestre (FLUP, 1997) e Doutor (FLUP, 2003) em História da Arte.

Investigador do CEPESE - Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade, é ainda docente do Mestrado Integrado em Arquitectura da Escola Superior Artística do Porto, onde lecciona História do Urbanismo em Portugal.

Publicou já várias dezenas de trabalhos científicos (incluindo alguns livros), sobretudo nas áreas da História da Arte, da História Local, da História da Família, da História da Arquitectura e Urbanismo, do Restauro Urbano / Conservação Urbana e Territorial Integrada, e do Património em geral.



A família Silva Ataíde da Costa deixou-nos o principal solar setecentista de Leiria e ainda um terreiro, o qual viria a polarizar as casas de elite da cidade.

Neste primeiro de três volumes sobre a Casa do Terreiro, percebe-se quando, como e porquê surge esta família na região de Leiria e qual o seu papel social na cidade ao longo dos séculos XVI e XVII. Através da análise às alianças por casamento e às relações de negócios ou amizade, acabam por ser abordadas, com maior ou menor detalhe, quase todas as principais famílias de Leiria nesses dois séculos.

Embora possuindo forte carácter genealógico, o conteúdo deste volume alarga-se a abordagens que se prendem com modos de vida, relações de parentesco, gestão de bens imóveis, questões judiciais, biografias e histórias curiosas; entre muitos outros aspectos que fazem dele um volume de consulta obrigatória sobre a História de Leiria na época em causa.

